

ATA NÚMERO 107/XIII/2.^a SL

Em 15 de março de 2017, pelas 10.30, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10.30H

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 102 e 103.**
2. **Debate e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 53/XIII/2.^a (GOV) - Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários, transpõe a Diretiva n.º 2014/57/UE e a Diretiva de Execução (UE) n.º 2015/2392, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014.**
3. **Apreciação da Nota de admissibilidade e designação de relator para a Petição n.º 268/XIII/2.^a - Revisão do regime aplicável aos contratos de divisão de coisa comum e similares, previsto no Código de IMT.
Cabe ao GP PS.**
4. **Apreciação da Nota de admissibilidade e designação de relator para a Petição n.º 269/XIII/2.^a - Pedido de isenção, por parte das associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados, que não recebam qualquer apoio financeiro de indivíduos ou entidades públicas e privadas externas de obrigatoriedade de entrega da informação empresarial simplificada e do modelo 22 sobre o Imposto de Rendimento Coletivo (I.R.C.) e despenalização das associações em falta.**
5. **Discussão e votação do requerimento do PSD – audição do Ministro das Finanças sobre a omissão de tratamento e fiscalização de declarações de transferências para *offshores*.**
6. **Discussão e votação do requerimento do PS – audição do Sr. Ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio e do Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos impostos, Paulo Ralha, com carácter de urgência.**
7. **Discussão e votação do requerimento do PSD – audição do Ministro das Finanças e do Presidente da Comissão Executiva da CGD.**

8. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 102 e 103.

As atas foram aprovadas por unanimidade.

- 2. Debate e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 53/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários, transpõe a Diretiva n.º 2014/57/UE e a Diretiva de Execução (UE) n.º 2015/2392, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014.**

Este ponto foi adiado para a semana seguinte.

- 3. Apreciação da Nota de admissibilidade e designação de relator para a [Petição n.º 268/XIII/2.ª](#) - Revisão do regime aplicável aos contratos de divisão de coisa comum e similares, previsto no Código de IMT.
Cabe ao GP PS**

O PS indicou o Senhor Deputado Ricardo Leão.

- 4. Apreciação da Nota de admissibilidade e designação de relator para a [Petição n.º 269/XIII/2.ª](#) - Pedido de isenção, por parte das associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados, que não recebam qualquer apoio financeiro de indivíduos ou entidades públicas e privadas externas de obrigatoriedade de entrega da informação empresarial simplificada e do modelo 22 sobre o Imposto de Rendimento Coletivo (I.R.C.) e despenalização das associações em falta.**

A Senhora Presidente esclareceu que esta petição tinha um objeto coincidente com o da [Petição n.º 251/XIII/2.ª](#), que tem como relatora a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD), sugerindo que se juntassem as duas petições, com a mesma relatora, o que foi aceite.

- 5. Discussão e votação do requerimento do PSD – audição do Ministro das Finanças sobre a omissão de tratamento e fiscalização de declarações de transferências para offshores.**

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo apresentou o requerimento, sintetizando o mesmo.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) mostrou-se surpreendido, criticando que o PSD empurre as responsabilidades por esta situação para um Governo que identificou e resolveu o problema. Declarou que o PS vota favoravelmente o requerimento sublinhando, não obstante, que há limites para factos alternativos.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) afirmou que o Governo identificou o problema mas que não o resolveu, acrescentando que o Governo omitiu as datas de apresentação das declarações.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) corroborou esta última intervenção, considerando que não é normal responsabilizar o anterior Governo e enquadrando este pedido de audição numa lógica de transparência.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) notou que foi o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) que admitiu a omissão da sua parte, aditando que o problema está agora a ser resolvido pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) declarou que o PCP vota a favor do requerimento, mas considerou que o mesmo é uma tentativa de passar responsabilidades para o Governo atual. Respondendo à Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), realçou que o que se sabe que foi omitido é a informação do Governo anterior sobre transferências para offshores, bem como, na sua anterior audição, a participação do ex-SEAF em negócios envolvendo a criação de offshores.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu não se opor à audição, apesar de não ter dúvidas sobre de quem é a responsabilidade política nesta matéria.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) enfatizou que o Governo fez crer que as declarações apresentados tinham-no sido em data anterior a 2014, o que não corresponde à verdade, aditando que os dados agora disponíveis não foram facultados pelo SEAF quando foi ouvido em reunião da Comissão. No que respeita à divulgação de estatísticas, entendeu que houve uma assunção de responsabilidades, comparando essa atitude com a do Ministro das Finanças sobre a questão dos sms no âmbito da Caixa Geral de Depósitos. Lembrou que sugeriu que se efetuassem perguntas ao ex-SEAF sobre a sua atividade, o que não aconteceu.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) sugeriu a leitura do Despacho que determina a divulgação das estatísticas de transferências para offshores, respondendo a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) que a responsabilidade política de atribuir culpas ao anterior Governo por declarações que não entraram com esse Governo é do atual.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) declarou que o PSD não quer empurrar responsabilidades mas sim esclarecer tudo.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

6. Discussão e votação do requerimento do PS – audição do Sr. Ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio e do Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos impostos, Paulo Ralha, com carácter de urgência.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o requerimento, enunciando os motivos que fundamentam o mesmo.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), recordando que todos os dirigentes da Autoridade Tributária e Aduaneira ouvidos afirmaram não ter havido interferências políticas, declarou que deve ser ouvido quem se entender, as vezes que forem necessárias.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), defendendo que se devem efetuar as audições que se julguem necessárias, distinguiu entre a formulação de conclusões, como aconteceu com a intervenção do Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) quando ao ex-SEAF, e a obtenção de esclarecimentos, como propôs o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) para a audição do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Impostos.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) referiu que os factos novos mencionados no requerimento não oram desmentidos pelo ex-SEAF, notando que a não divulgação das estatísticas mereceu censura geral, incluindo do presidente do PSD. Solicitou urgência.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu não se opor à realização das audições.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

7. Discussão e votação do requerimento do PSD – audição do Ministro das Finanças e do Presidente da Comissão Executiva da CGD.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) apresentou o requerimento, justificando a necessidade do mesmo.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) registou o interesse de PSD e CDS-PP nesta matéria depois de, alega, cinco anos de desinteresse. Declarando que o PS vota a favor, sublinhou que os resultados da CGD até foram melhores que o esperado, não tendo havido alterações de critérios contabilísticos. Afirmando haver dados suficientes para perceber os resultados, reiterou que não se opõe às audições.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) defendeu que sendo a CGD pública e havendo questões sobre os seus resultados, os GP têm o direito de ser informados. Realçou, todavia, que efetuar um escrutínio permanente da atividade da CGD na COFMA poderá não constituir uma prática positiva. Tendo em conta que a Assembleia da República deve acompanhar a atividade da CGD, votarão a favor.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) também declarou o voto a favor do requerimento, sustentando que faz sentido escrutinar os resultados da CGD, aferindo a origem dos mesmos, num ano de recapitalização do Banco, até tendo em conta que houve mudanças no Conselho de Administração. Defendeu que a CGD começa a ser equiparada a um banco privado e que é importante saber se a CGD é um banco

privado com capital público e se essa transformação se operou com um Governo do PS apoiado por BE e PCP.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) considerou o valor dos prejuízos da CGD uma questão importante e que, uma vez que a Assembleia da República fiscaliza a atividade das empresas públicas, faz todo o sentido obter esclarecimentos do Ministro da Finanças e do Presidente executivo da CGD.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) notou que tem sempre o maior interesse em discutir a CGD e em acompanhar a sua atividade, embora não os resultados não constituam uma surpresa. Manifestou preocupação, também, com as notícias sobre encerramento de balcões.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

8. Outros assuntos.

A Senhora Presidente esclareceu a Comissão de que está a elaborar uma lista de audições a realizar e que dará atempado conhecimento da mesma.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) interveio para condenar as considerações do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), efetuadas na audição realizada no dia anterior, sobre o facto de os Senhores Deputados João Galamba e João Paulo Correia (PS) se terem ausentado da sala durante essa mesma audição – o que revelaria o seu desinteresse -, considerações efetuadas perante a entidade que estava a ser ouvida. O Senhor Deputado João Galamba (PS) lembrou que ambos saíram para tomar posse na Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que se relaciona com a nomeação e a demissão da Administração do Dr. António Domingues e manifestou o seu repúdio por aquelas declarações. O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) referiu que deveria que devia conhecer melhor o seu comentário, que incidiu sobre o facto de apenas estar presente um Deputado dos GP que apoiam o Governo. Considerou justificável que haja dificuldades de agenda, sendo essa uma razão para que os GP tenham suplentes. Notou que a reunião do dia anterior só se realizou porque o PSD assegurou o quórum e que as ausências em causa constituem um gesto de desinteresse político. Não haveria problema em reagendar as audições, caso fosse necessário.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) lembrou que a audição com a Associação Portuguesa de Bancos foi marcada com muito pouca antecedência, sem cumprir as regras habituais de convocatória. Caso fosse marcada atempadamente, o PCP conseguiria, eventualmente, fazer-se representar. Notou que havia outras Comissões a reunir nessa hora e que o próprio estava doente e não podia comparecer. Aconselhou o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) a inteirar-se das razões que fundamentam as ausências dos GP antes de efetuar as considerações em questão.

A Senhora Presidente confirmou que a marcação da audição não ocorreu com a antecedência desejável e declarou que, provavelmente, tal não verá a acontecer, tomando a liberdade de, sendo o caso, alterar unilateralmente o prazo de apreciação na especialidade. A tentativa de cumprir o prazo determinado pela

Comissão implicou um grande esforço para tentar marcar as audições muito em cima da hora. A Senhora Presidente acrescentou que tem que coadunar as audições da COFMA com reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito. Tudo ponderado, há que aferir da celeridade que se imprime aos processos legislativos, por vezes incompatível com uma gestão cuidada dos trabalhos.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), notando que no dia anterior havia várias Comissões em atividade e lembrando o número de Deputados que PSD e BE têm, manifestou o seu incómodo e desagrado com o facto de ter que justificar ao Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) os motivos pelos quais não esteve numa reunião, dado que cada GP gere os seus recursos como entende e há, por vezes, impossibilidade manifesta em comparecer a todas as reuniões. Sublinhou que não aceita voltar a ter que discutir esta situação. O Senhor Deputado João Galamba (PS) reiterou o seu desagrado, notando que o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) foi deselegante com o Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) dando a entender que há Deputados do PS de primeira e de segunda, e lembrando a pouca antecedência com que a audição foi marcada.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) referiu que o Senhor Deputado João Galamba (PS) não conseguirá limitar a sua intervenção. Recordou que foram os GP que suportam o Governo que quiseram que as audições se realizassem nesta semana. Declarou que respeita as dificuldades dos GP ou dos Deputados, individualmente, em fazerem-se representar mas que, nesse caso, não se pode acelerar o processo legislativo. O PSD tem disponibilidade para reagendar audições caso seja necessário, pedindo um esforço para compatibilizar as diferentes disponibilidades dos GP com o respeito que se exige ao processo legislativo.

Interveio depois o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) no sentido de apresentar um requerimento oral para ouvir o ex-Ministro das Finanças Vítor Gaspar, sobre o processo de recapitalização de 2012, tendo em conta factos conhecidos através de uma audição na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que decorre atualmente.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), concordando que é uma matéria relevante, lembrou que o ex-Ministro Vítor Gaspar respondeu a um questionário na CPI e que o contraditório deverá ser efetuado naquela sede, dado tratar-se do mesmo contexto.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) corroborou a intervenção do Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP). Afirmando que é favorável a que se prestem esclarecimentos, entendeu que pode ser desadequado haver uma CPI a tratar deste tema e depois haver uma matéria que sai do seu objeto para ser discutida na COFMA. Sugeriu que, se o PCP entender que a questão deve ser discutida na COFMA, que faça um requerimento escrito nesse sentido.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), após confirmar que, caso seja possível alterar o questionário remetido ao ex-Ministro Vítor Gaspar fá-lo-á (na CPI), afirmou que, no âmbito da COFMA, a ideia é a de escrutinar a forma como a COFMA chegou a estes resultados, numa perspetiva de acompanhamento político, não em termos de necessidades de capital. Não vê problema em reduzir o requerimento a escrito, apelando a que o mesmo seja votado na reunião da próxima semana.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) referiu que o questionário e as respostas do ex-Ministro Vítor Gaspar são anteriores às declarações do Dr. Nogueira Leite, que deram origem a este requerimento. Caso assim não fosse, os GP teriam, previsivelmente, colocado mais questões. Reforçando o afirmado pelo Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), defendeu que é possível que o plano de recapitalização de 2012 se tenha refletido nos resultados de 2016.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), defendendo um contacto da Senhora Presidente com o Senhor Presidente da CPI e com o Senhor Presidente da Assembleia da República, para ver como pode esta questão ser tratada, reiterou o pedido de passagem a escrito do requerimento, informando que o PSD se opõe à votação do requerimento nesta reunião e que o mesmo deve ser votado para a semana.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) solicitou então que o requerimento fosse considerado o mesmo, para efeitos de votação na semana seguinte e que o PCP respeita o princípio da estabilidade da Ordem do Dia, já após a Senhora Presidente ter recordado que a Ordem do Dia só pode ser alterada sem oposição de nenhum GP.

A Senhora Presidente deu ainda conta do pedido efetuado pela agência de rating Moody's, através do IGCP, para uma reunião com a UTAO, e lembrou o precedente (2013) de a mesa estar representada, propondo que, desta vez, para além de a COFMA dar o assentimento, estejam presentes mesa e coordenadores possam estar presentes.

Tendo o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) manifestado o seu acordo, contrapôs o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), concordando com o assentimento à realização da reunião mas sem Deputados, dado que a reunião deve ter carácter técnico e não político.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) retorquiu que a leitura da reunião será sempre política e que mesa e coordenadores - ou apenas a mesa - devem estar presentes.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) referiu que a Assembleia da República não é ouvida por uma agência de rating; no máximo ouve a agência e é preciso ter cuidado com a leitura a fazer da reunião.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), após perguntar pelo precedente à Senhora Presidente, manifestou-se no sentido de não alterar o precedente mas solicitou a oportunidade de os coordenadores falarem entre si, tendo a Senhora Presidente referido que se ninguém se pronunciar contra, até ao dia seguinte, informaria a UTAO da presença da COFMA na reunião.

A Senhora Presidente acrescentou ainda que, uma vez que a audição sobre política de combustíveis, a ter lugar conjuntamente com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, foi aprovada, naquela Comissão, com a presença simultânea do Ministro-Adjunto e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, a COFMA deveria alargar também o âmbito do seu requerimento à audição do Ministro-Adjunto, por questões práticas. Informou ainda a Senhora Presidente, questionada pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que a audição dos dois membros do Governo será, efetivamente, simultânea.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Não havendo outros assuntos a discutir, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 12:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de março de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Reunião de 15 de março de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira
Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês Domingos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco